

A RETÓRICA DEFINIDA COMO UM PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO EM UMA ABORDAGEM SEMIÓTICA

RHETORIC DEFINED AS AN IDENTIFICATION PROCESS IN A SEMIOTIC APPROACH

GILMAR ADOLFO HERMES

Universidade Federal de Pelotas

Resumo: Neste artigo, são pensados teoricamente os processos de “identificação” nas perspectivas semiótica e retórica. Esta reflexão faz parte da pesquisa em andamento “O universo de sentidos nos textos jornalísticos sobre cinema de Luiz Carlos Merten” que levou à esta abordagem teórica. Na análise semiótica, problematizando aspectos relativos a como os filmes nacionais são mediados pela retórica jornalística, percebe-se que há processos retóricos de “identificação” tanto por parte dos textos jornalísticos como por parte da produção cinematográfica brasileira. A partir dos textos de Vincent Colapietro (2007, 2014), reconhece-se que a retórica especulativa, em uma das últimas reflexões teóricas de Charles Sanders Peirce, evidenciou não só a importância da retórica no contexto semiótico, como também propôs uma outra compreensão da retórica, apresentada muitas vezes como a “arte da persuasão”, mas que, para Peirce, consiste no poder dos signos de mudar hábitos e agenciamentos. Compreende-se que as semioses são produzidas retoricamente nas instâncias da comunicação e da identificação. O autor John Durham Peters (1999) situa historicamente a teoria semiótica de Peirce em um contexto de surgimento da psicologia e evidencia a dialética entre paradigmas solipsistas e comunicativos no contexto histórico do desenvolvimento da teoria. A abordagem semiótica sugerida por Peirce é contraposta com algumas definições provenientes de autores com vínculos mais estreitos à Sociologia, a exemplo de Stuart Hall (2002) e Anthony Giddens (2012). Delineia-se a contribuição da teoria semiótica de Peirce para a problematização das questões da identidade ou identificação na pesquisa semiótica sobre a retórica dos textos jornalísticos sobre cinema.

Palavras-chave: Semiótica, retórica, identificação, jornalismo, cinema.

Abstract: In this article, the processes of “identification” are thought theoretically in the semiotic and rhetorical perspectives. This reflection is part of the ongoing research “The universe of meanings in journalistic texts on cinema by Luiz Carlos Merten” that led to this theoretical approach. In the semiotic analysis, problematizing aspects related to how national films are mediated by journalistic rhetoric, it is noticed that there are rhetorical processes of “identification” both on the part of journalistic texts and on the part of Brazilian cinematographic production. From the texts of Vincent Colapietro (2007, 2014), it is recognized that speculative rhetoric, in one of Charles Sanders Peirce's last theoretical reflections, evidenced not only the importance of rhetoric in the semiotic context, but also proposed another understanding of rhetoric, often presented as the 'art of persuasion', but which, for Peirce, consists in the power of signs to change habits and agency. It is understood that semiosis is rhetorically produced in the instances of communication and identification. John Durham Peters (1999) historically situates Peirce's semiotic theory in a context of the emergence of psychology and highlights the dialectic between solipsist and communicative paradigms in the historical context of theory development. The semiotic approach suggested by Peirce is contrasted with some definitions from authors with closer ties to Sociology, such as Stuart Hall (2002) and Anthony Giddens (2012). The contribution of Peirce's semiotic theory to the problematization of identity or identification issues in semiotic research on the rhetoric of journalistic texts about cinema is outlined.

Keywords: Semiotics, rhetoric, identification, journalism, cinema.

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo, desenvolve-se uma reflexão teórica sobre a noção de “identidade” e os processos de “identificação” em uma perspectiva semiótica e retórica. As questões levantadas foram uma consequência das análises que estão sendo realizadas na pesquisa “O universo de sentidos nos textos jornalísticos sobre cinema de Luiz Carlos Merten”, que se propõe a analisar semioticamente as redações jornalísticas, problematizando aspectos relativos ao modo como os filmes são mediados pela retórica jornalística. No propósito de uma abordagem semiótica, foram investigados neste trabalho aspectos da retórica especulativa na obra de Charles Sanders Peirce, buscando um diálogo com outros autores das Ciências Sociais.

Através deste estudo está sendo evidenciado como a retórica pode ser pensada semioticamente, destacando-se os processos de “identificação” como os mais caracteristicamente retóricos, o que se confirmou em análises anteriores dos textos jornalísticos e na consideração da própria história do cinema brasileiro.

A ação retórica da “identificação” ocorre tanto por parte dos textos jornalísticos de Merten como por parte da produção cinematográfica brasileira. Os cineastas brasileiros têm voltado suas narrativas para os diversos contextos culturais do País, dando visibilidade às várias expressões regionais, e, ao mesmo tempo, buscando estabelecer uma sintonia com as audiências.

Nos textos de Merten, observa-se o procedimento retórico de identificação no relacionamento de elementos de constituição e produção dos filmes com a realidade social¹ compartilhada pelos leitores. Tendo esse pano de fundo, aqui serão desenvolvidas sobretudo considerações teóricas e como situar do ponto de vista das Ciências Sociais a questão da identificação retórica, em uma perspectiva semiótica.

¹ A “realidade” é compreendida nesta pesquisa na perspectiva sociológica do construcionismo social, sendo, desta forma, a “realidade social”. “O construcionismo social é uma perspectiva que parte da premissa de que a realidade social é – em graus variados – produto das interações entre indivíduos e grupos, e não algo que é óbvio para todos” (GIDDENS 2012, p.41). “Ao invés de pressupor que a realidade social existe objetivamente, os construcionistas sociais trabalham para documentar e analisar os processos pelos quais a realidade social é construída...” (GIDDENS, 2012, p.203). Desta forma, os meios de comunicação são um ingrediente fundamental na compreensão da realidade social na atualidade.

O diretor de cinema Walter Salles, aclamado por seu filme *Central do Brasil*, de 1998, escreve no prefácio do livro *A Odisseia do Cinema Brasileiro* (DESBOIS, 2016) que a necessidade do cinema em relação à cultura brasileira é, sobretudo, uma questão de identidade, para “que possamos nos descobrir nos espelhos conflitantes que nos refletem” (SALLES in DESBOIS, 2016, p.12). Por trás do problema da identidade, há uma preocupação retórica e, ao mesmo tempo, ética, que estaria presente de várias formas em vários momentos da história do cinema brasileiro, desde as comédias musicais da companhia Atlântida, nos anos 1940, até as reflexões sociopolíticas do Cinema Novo, nos anos 1960. Salles (DESBOIS, 2016) está em sintonia, principalmente, com o segundo momento: “[Precisamos] de um vetor comum: poderia ser a ideia, já adiantada pelo Cinema Novo, de colocar o verdadeiro rosto do Brasil diante da câmera, [...]; expressar quem somos, de onde viemos” (SALLES in DESBOIS, 2016, p.339). Essa afirmação evoca vários aspectos a pensar sobre a questão da identificação, a cultura, o nacionalismo ou uma preocupação que se divide entre a retórica e a ética. Os cineastas buscam, assim, estabelecer uma melhor conexão com as audiências brasileiras.

Neste artigo, tendo como método a pesquisa bibliográfica, desenvolve-se uma compreensão semiótica peirceana da retórica e dos processos de identificação e, ao mesmo tempo, situa-se essa abordagem sógnica em relação a definições recentes da Antropologia e Sociologia (HALL, GIDDENS).

2 A PERSPECTIVA RETÓRICA NA SEMIÓTICA DE PEIRCE

A partir do texto do semioticista Vincent Colapietro (2007), reconhece-se que a retórica especulativa, em uma das últimas reflexões teóricas de Charles Sanders Peirce, evidenciou não só a importância da retórica no contexto semiótico, como também propôs em seu tempo uma outra compreensão da retórica, apresentada muitas vezes como a “arte da persuasão”, mas que, no contexto da teoria semiótica peirceana, consiste no poder dos signos de mudar hábitos e agenciamentos.

No texto *C. S. Peirce's Rhetorical Turn*, o autor Vincent Colapietro (2007) considera a atenção dada por Charles Sanders Peirce (1839-1914) à retórica, especialmente, na última fase da sua vida intelectual. Nota que o autor faz uma avaliação crítica do poder persuasivo dos diversos tipos de signos em vários contextos. Deve-se, assim, levar em conta que o agenciamento dos signos é capaz de mudar “hábitos”.² “O efeito dos signos é nos dispor de uma maneira ou de outra em relação a um determinado tópico, por exemplo, nos dispor a manter uma crença mais hesitante ou confiante, ou a rejeitar completamente uma crença” (COLAPIETRO, 2007, p.19). Os signos são capazes de colocar em dúvida as crenças estabelecidas, estando aí não só uma função lógica, como também retórica.

No sentido peirceano, a questão retórica diz respeito a “qualquer uso de signos sobre os quais o autocontrole seja, em certa medida possível, como tornar o signo eficaz ou efetivo e também frutífero ou fecundo” (COLAPIETRO, 2007, p. 27). Segundo Colapietro, Peirce observou que a retórica, de uma maneira geral, corresponde à necessidade de qualquer texto ser pensado formalmente em relação aos seus propósitos. Há, no entanto, uma resistência peirceana, relativa ao seu posicionamento científico, quanto ao sentido literário ou estilístico que a retórica pode apresentar.

Para Peirce, segundo Colapietro (2007), a retórica está diretamente associada à compreensão semiótica do “interpretante”. A “retórica especulativa” seria a “ciência das condições essenciais sob as quais um signo pode determinar um interpretante de si mesmo e o que quer que ele signifique” (COLAPIETRO, 2007, p. 30). Neste sentido, grande parte das análises semióticas, com diversas metodologias apresentadas em congressos, estão voltadas sobretudo ao aspecto retórico, embora não estejam necessariamente conscientes de sua atitude e da importância que a retórica e a semiótica têm uma em relação à outra.

Vincent Colapietro (2007) compreende que, para Peirce, a retórica corresponde primeiramente à “comunicação”, e, neste sentido, como será tratado a seguir, também isso está relacionado à compreensão peirceana do *self*, a interioridade

² No texto “Como Tornar Claras as Nossas Ideias”, Peirce (1993, p.56) define o “hábito” como uma das propriedades das “crenças”. O “hábito” consiste em uma regra de ação ou modo de agir decorrente de nossos conhecimentos estabilizados, embora sempre sujeitos à dúvida (falibilismo).

humana compreendida como um signo, cuja semiose, corresponde a uma ação comunicativa. Essa definição também leva a tensionar a concepção tradicional da retórica ligada à ideia de “persuasão”. A “persuasão” seria apenas uma das funções comunicativas e, além disso, deve-se levar em conta que a virada retórica de Peirce é parte do seu aprofundamento crescente no pragmatismo³. As “normas e os ideais ligados à autocrítica racional e ao autocontrole são constitutivas de sua reconceitualização da retórica” (COLAPIETRO, 2007, p. 31).

Colapietro leva em conta as definições retóricas da obra do filósofo e teórico da Literatura, Kenneth Burke (1897-1993), para afirmar que a retórica, no sentido estabelecido por Peirce, está muito mais relacionada com as concepções de “identidade” e “comunicação”. A identidade deve, segundo Colapietro (2007), “estar ligada àqueles processos discursivos e outros de identificação nos quais e através da qual a autocompreensão dos agentes autocríticos é formada, solidificada e realmente transformada” (COLAPIETRO, 2007, p. 31).

Em seu livro *A Rhetoric of Motives*, Burke (1969), ao definir o alcance da retórica, propondo uma “filosofia da retórica”, dedica várias páginas para a questão da “identificação”, tratada como uma alternativa diante da concepção tradicional da retórica como “persuasão”. Antecedendo em décadas os discursos de ódio que se propagam atualmente pelas redes sociais, o autor destaca oportunamente os conflitos e a existência de facções como motivações para a retórica. A tendência de enfrentamentos nas relações humanas opõe-se justamente à possibilidade de identificação almejada pelas atitudes retóricas. A guerra seria justamente a expressão máxima da impossibilidade de qualquer ação retórica.

Conforme Burke (1969), duas pessoas podem se identificar por características que apresentam em comum, embora isso não apague as suas diferenças. Agindo conjuntamente, os indivíduos podem compartilhar sensações, conceitos, imagens, ideias e atitudes. O autor indica que essa ação corresponde ao plano simbólico em que os seres humanos compartilham significados. No entanto, a retórica também pode ter

³ De acordo com Mariconda (1979), foi a Sociedade Metafísica de Cambridge, da qual faziam parte William James e Peirce entre outros, que lançou as bases para a filosofia pragmatista, embora Peirce venha a optar posteriormente pelo termo “pragmaticismo”. Conforme o Dicionário de Filosofia (ABBAGNANO, 2003, p.784), o texto “Como Tornar Claras as Nossas Ideias” (PEIRCE, 1993) é considerado como o fundador do pragmatismo, especialmente no sentido “metodológico”, que tem como princípio que “a função do pensamento é produzir hábitos de ação”, ou seja, crenças (PEIRCE in ABBAGNANO, 2003, p. 784).

uma dimensão de classe econômica ou social, sendo as mensagens endereçadas a determinados setores privilegiados ou áreas de saber e conhecimento. Sem dúvida, a arte, conforme Burke (1969), é o plano em que se busca uma retórica com maior autonomia, justamente por suas implicações políticas. Contudo, a negação aos aspectos retórico ou político das artes, também vem sendo associada à ideia de autonomia.

Em relação ao processo de identificação, Colapietro (2007) destaca a compreensão que Peirce faz de seus leitores. Segundo o autor, Peirce os concebe como co-inquiridores, com direito para julgar a força das evidências, a perspicácia das expressões usadas e a fecundidade das ideias. É importante levar em conta que Peirce estava voltado para a adaptação dos “meios de expressão às exigências de comunicação, especialmente quando o propósito da comunicação envolvia avançar no trabalho de descobrir verdades ainda não conhecidas” (COLAPIETRO, 2007, p.33). Neste sentido, também são importantes a autocompreensão e a autoidentificação, “os processos ou práticas discursivas pelas quais uma identidade autoral é formada, mantida e alterada” (COLAPIETRO, 2007, p.33), ou seja, os seus agenciamentos através das semioses.

Da mesma forma como sugere Burke (1969), Colapietro (2007) observa que a questão da identificação engendra processos ambivalentes e articulações conflitantes.

Em suas conclusões neste primeiro artigo considerado, Colapietro (2007) enfatiza que o ato de falar ou escrever é “essencialmente um apelo ao outro” e que a retórica é movida pelas perguntas sobre para quem a mensagem está sendo endereçada e com quais propósitos. Dessa forma, a retórica, coloca em relevo a diferença entre o “eu” e o “outro”, implicando também na problematização semiótica do *self*, assunto de outra obra do mesmo autor.

3 A ABORDAGEM SEMIÓTICA DO SELF

No livro *Peirce e a Abordagem do Self* (COLAPIETRO, 2014), o autor problematiza como o conceito de *self* está presente na ampla produção intelectual de Peirce, fazendo uma complexa discussão de como se pode compreender

semioticamente o conceito. O *self* é concebido em termos semióticos como um sujeito que se constitui como um signo em processos de comunicação. No contexto deste artigo, centrado na questão da “identificação”, para a sua compreensão em termos retóricos, é necessário primeiramente uma autoconsciência do *self* como um ser em relação, disposto em semioses através das suas configurações como signo e dos seus interpretantes.

Colapietro define que, para Peirce, o *self*, a definição da intimidade e particularidade do ser humano, de identidade pessoal, é “em si mesmo, um signo”, “uma forma de semiose” (COLAPIETRO, 2014, p. 77-78). Peirce, segundo Colapietro, buscou uma definição científica de *self* não subjetivista, mas semiótica e social. “O fato mais básico a respeito da pessoa humana é que ele ou ela é um ser *em comunicação com* outros seres ou, mais precisamente, um ser que possui a capacidade de estar em comunicação com outros” (COLAPIETRO, 2014, p. 78). Da mesma forma como John Durham Peters (1999), como será tratado a seguir, Colapietro demonstra o contraste entre os pensadores contemporâneos William James e Peirce, na compreensão do *self*. Na análise de Colapietro, Peirce afirma a “comunicação” e nega o “isolamento” defendido por James. Peirce afirma a interpenetração ilimitada e nega o “pluralismo irreduzível” alegado pelo seu colega pragmatista.

[O] *self* é alternadamente um falante e um ouvinte, uma fonte *de quem* o discurso flui a um ser *para quem* o discurso é dirigido. O *self* pode também ser o tópico da conversa, alguém *sobre o qual* algo é dito. Além disso, o *self* como falante nunca é simplesmente um falante; em qualquer elocução produzida pelo *self*, há ecos do discurso de outros. O *self* como falante é alguém *através do qual* outros falam (COLAPIETRO, 2014, p. 79).

Conforme a autora Kaja Silverman, citada por Colapietro, o conceito de subjetividade foi modificado desde a Renascença, “dando lugar mais central à sobredeterminação inconsciente e cultural do que à consciência” (SILVERMAN in COLAPIETRO, 2014, p. 80). Há aqui uma sintonia com a abordagem dos conceitos de “identidade” e “identificação” na antropologia e na sociologia (HALL, GIDDENS), que serão tratados a seguir, com os quais Peirce também coaduna, na sua provável compreensão do *self*, como analisada por Colapietro (2014).

O autor Vincent Colapietro (2014) compreende que o corpo, para Peirce, é somente um meio mais imediato para a expressão e interação do *self*, embora o uso de todos os outros meios seja mediado pela corporalidade. A pessoa não é “encerrada em uma caixa de carne e sangue” (PEIRCE in COLAPIETRO, 2014, p. 79). O ser humano é um ser histórico e encarnado. Peirce já seria sensível ao fato de que sua subjetividade está dividida “entre uma região consciente e uma inconsciente”. Levando em conta estas considerações, a noção de *self*, na perspectiva peirceana, define-se como algo que ultrapassa a individualidade e a pura racionalidade.

O sujeito humano não é simplesmente um ser dividido (consciente/inconsciente), mas também um ser culturalmente sobredeterminado. [...] [O] sujeito é visto não como uma fonte de pensamento e ação primordialmente livres, mas, ao contrário, como um ser tão profundamente inserido em seu tempo e espaço a ponto de ser amplamente, embora não totalmente, limitado em sua cognição e conduta (COLAPIETRO, 2014, p. 81).

O sujeito, em nosso sentido do termo, é um ser profundamente dividido e culturalmente sobredeterminado; e, além disso, um ser histórico e encarnado (COLAPIETRO, 2014, p. 83).

Colapietro interpreta que, para Peirce, o *self* é, por um lado, “um lócus de erro e ignorância”; e, por outro, “um centro de poder e controle”. “Quando eu falo em *self* Real de um homem, ou Natureza Verdadeira, quero dizer as próprias Fontes de Ação nele, o que significa como ele agiria” (PEIRCE in COLAPIETRO, 2014, p. 84).

Através da recuperação e estudo de vários textos de Peirce, Colapietro compreende que os “sujeitos humanos” não são apenas “usuários de signos”, mas são eles próprios “produtos e processos de semiose” (COLAPIETRO, 2014, p. 90).

Ao tratar das relações entre a semiótica e a psicologia, Colapietro (2014) observa que não temos uma visão clara de quem somos, sendo que a nossa autoimagem consciente como indivíduo ou grupo pode ocultar a nossa verdadeira identidade. Nos tornamos conscientes de nossos propósitos no decorrer de nossas ações. O autor afirma que “Peirce antecipou o futuro da psicologia definindo o objeto da investigação psicológica como sendo não a consciência separada da conduta, mas o comportamento intencional de organismos vivos” (COLAPIETRO, 2014, p. 99). Sendo

assim, o aspecto fundamental da mente é a intencionalidade e uma preocupação central da psicologia, a aquisição de hábitos.

O interpretante lógico final é algum padrão geral de modo de lidar que emerge de alguma série efetiva de conflitos; este interpretante é, em uma palavra, um hábito. A tarefa de psicólogos é, em grande parte, a investigação de como os hábitos emergem dos conflitos do organismo em seu meio ambiente (COLAPIETRO, 2014, p. 102).

Conforme Colapietro (2014), as concepções de *self*, para Peirce, surgem no contexto do sinequismo. Segundo o autor Gérard Deladalle (1996), o sinequismo faz parte da metafísica proposta por Peirce, que se define em relação com as três categorias fenomenológicas definidas por Peirce, tiquismo (primeiridade), agapismo (secundidade) e sinequismo (terceiridade). O sinequismo corresponde à continuidade entre os fenômenos da ordem da terceiridade, na lógica das relações, sendo a generalidade lógica a essência da racionalidade. Sendo assim, o *self* está sujeito a esse aspecto fenomenológico, embora a terceiridade não signifique a rejeição da secundidade. Peirce critica a noção de individualidade, considerando uma vaidade. “[Todos] os homens que se assemelham a você e estão em circunstâncias análogas, são, em uma certa medida, você...” (PEIRCE in COLAPIETRO, 2014, p.109).

As noções de tiquismo, agapismo e sinequismo fazem parte de uma “articulação sistemática de uma cosmologia evolutiva”, na qual Peirce formulou “uma teoria de personalidade”. A “meta imanente do processo cósmico é o contínuo crescimento da racionalidade concreta”, “o crescimento destas racionalidades acontece ‘cada vez mais amplamente através do autocontrole’.” (PEIRCE in COLAPIETRO, 2014, p. 114).

Conforme Colapietro (2014), o *self* está sempre em processo de vir a ser, que nunca está completo. O *self* se manifesta “em conexão com o futuro”, mas também em “associação com outros *selves*”, constitutivos da sua “identidade evolutiva”:

A abordagem sinequista do *self* individual nega qualquer ruptura entre o *self* e outro. Ele o faz com uma amplitude, que *selves* em comunhão uns com os outros formam, de alguma forma e em certo volume, um *self* de uma ordem mais alta. Ou seja, é sempre uma união viva de *selves* integrados. Essa união de *selves* que constitui uma comunidade é análoga à coordenação de ideias que constitui uma personalidade; de fato, a comunidade é, em alguma medida, uma pessoa (COLAPIETRO, 2014, p. 126).

O autor observa que o *self* é um tipo específico de mente, levando em conta que, para Peirce, “mente” trata-se de qualquer ser capaz de produzir e ser afetado por semioses, entre seres orgânicos e inorgânicos. “O *self* humano designa um tipo distinto de agente atento, que demonstra as capacidades inter-relacionadas da autoconsciência, autocrítica e autocontrole.” O estudioso também observa que “o tipo de mente que pode tornar-se um *self* deve possuir as capacidades de sentir, agir e aprender” (COLAPIETRO, 2014, p. 138).

O *self* constitui-se em um conjunto de hábitos, que são sentidos estabilizados como fenômenos da ordem da terceiridade. Conforme Peirce, o hábito é o que leva o ser humano a agir de certo modo generalizado, quando se apresentam certas circunstâncias gerais e quando é movido por certa intenção (PEIRCE in DELADALLE, 1996, p. 30). Quanto mais os hábitos que constituem o *self* estiverem integrados, maior será a sua unidade. Nos seres humanos, “essa integração envolve adquirir hábitos que influenciam a aquisição de hábitos; ou seja. aprendemos como aprender” (COLAPIETRO, 2014, p. 139).

Colapietro observa que o pensamento é movido pela contínua relação entre o “*self* inovador” e o “*self* crítico”. “O crítico representa os hábitos da pessoa, enquanto o inovador representa um desafio a esses hábitos” (COLAPIETRO, 2014, p. 145). Esses conceitos têm uma implicação retórica, pois os textos podem motivar o “*self* inovador” através de processos de identificação.

Conforme o autor, no entanto, é através do autocontrole que o *self* percebe a si mesmo. Isso ocorre na relação dialética com as experiências exteriores, o testemunho dos outros e o comprometimento com ideais. Com referência aos textos de Peirce, Colapietro afirma que o “*self* autocentrado é uma força anárquica: tal *self* apoia-se na mais vulgar ilusão da vaidade. [...] Somente a autotranscendência leva à auto possessão” (COLAPIETRO, 2014, p. 149).

Colapietro aponta uma primeira definição global da mente humana segundo Peirce:

Os três elementos chaves nessa visão são semiose (a ação do signo), hábito (disposição para agir de certa maneira em certas circunstâncias) e autonomia de autocontrole (a capacidade de uma pessoa em regular sua conduta à luz de normas e, finalmente, ideais). Conseqüentemente, uma mente racional é aquela em que os hábitos germinam de signos como os interpretantes desses signos e, por sua vez, o autocontrole germina de uma hierarquia de hábitos; entretanto, uma vez que este autocontrole emerge, aumenta a possibilidade de se terem alguns processos de semiose e algumas formações de hábitos geradas a partir do autocontrole. De fato, para Peirce, é exatamente essa possibilidade de autocontrole que distingue uma mente como racional (COLAPIETRO, 2014, p. 162-163).

Na interpretação do autor, “a mente racional é uma espécie de mente cognitiva, sendo sua diferença específica [...] a capacidade de manifestar autocontrole sobre algumas de suas inferências” (COLAPIETRO, 2014, p. 163). Segundo Colapietro, para Peirce, a “inferência é essencialmente uma interpretação de signos”. “Qualquer agente capaz de envolver-se em atos de interpretação (seja instintivamente ou por meio de aprendizado, automático ou autônomo), possui, em virtude dessa capacidade, uma mente *cognitiva*” (COLAPIETRO, 2014, p. 164). No entanto, os agentes autônomos ou agentes humanos, são aqueles que “podem engajar-se em atos de autointerpretação, autocrítica e autocontrole”. Intérpretes “autônomos (ou mentes racionais) são casados com ideais e regulados por normas”. “Eles são, como Peirce diz, ‘intelectos pessoais dotados de *naturezas morais*.’” (PEIRCE in COLAPIETRO, p. 166). Desta forma, há nos processos de identificação um sentido moral. Nossa racionalidade manifesta-se na maneira como nos relacionamos com o mundo exterior, buscando agir de maneira a estabelecer alguma coerência entre nossa interioridade e a externalidade. “Toda pessoa sã vive em um mundo duplo, o mundo interior e o exterior, o mundo de percepções e o mundo de fantasias” (PEIRCE in COLAPIETRO, 2014, p.171).

No contexto do pragmatismo, a teoria semiótica peirceana aponta a retórica como um processo de constituição dos *selves* em processo de comunicação. Cada *self* é um signo que produz sentidos na relação com os demais signos, entre eles outros *selves* com os quais se identifica ou não. Todos os *selves* exercem os poderes da autodeterminação e do autocontrole, atuando de uma forma inescapavelmente ética. Podemos observar que a teoria peirceana contribui de uma maneira significativa para a compreensão da comunicação. Para compreender a importância do pensamento de

Peirce, no contexto histórico em que viveu, e para entender a contribuição da compreensão semiótica do *self* para a retórica e os processos de identificação, deve-se levar em conta, como as ideias de solipsismo ou de individualismo estiveram presentes na cultura anglo-saxônica e estão também presentes na evolução do pensamento moderno.

4 COMUNICAÇÃO OU INCOMUNICAÇÃO (SOLIPSISMO)

No livro *Speaking into the Air: A History of the Idea of Communication*, o autor John Durham Peters (1999) problematiza como a ideia de comunicação tomou forma ao longo dos séculos, constituindo não só um campo de saber, mas todo um imaginário que existe em torno da ideia de interação, que também ganha materialidade nas narrativas consumidas nas mais diversas mídias. Concepções imaginárias, ocultistas, religiosas, filosóficas, científicas, tecnológicas e midiáticas contribuem para a constituição da ideia de comunicação. Seu texto inicia tratando da tensão existente entre a comunicação e a ausência da comunicação, tema central do teatro do absurdo e outras manifestações artísticas que coexistiram com crises políticas e as guerras mundiais ao longo do século XX.

Conforme Peters (1999) a noção de solipsismo foi cunhada na década de 1870 e consiste na doutrina filosófica de “que nada existe exceto as projeções do *self*”. “O solipsismo é uma doutrina incomunicável sobre a incomunicabilidade, mas a orientação mais geral que ele nomeia tem raízes profundas” (PETERS, 1999, p. 179). Ao considerar possíveis antecedentes do solipsismo, o autor evidencia-o como uma característica do pensamento moderno, tendo em conta especialmente René Descartes (1596-1650):

Na auto-inspeção calvinista ou na [fé solitária] luterana, no horror de Pascal de ser um naufrago em um universo arbitrário, nos autorretratos mais terrestres de Rembrandt, na vasta literatura de confissões e desespero religioso decorrente do puritanismo e formativa da modernidade britânica e da literatura americana e, acima de tudo, nos esforços de Descartes para duvidar sistematicamente de tudo o que ele aprendeu, sentiu ou pensou, incluindo o ambiente corporal e sensorial, e até a alma, encontram precursores intelectuais do eu nu confrontando o universo. [...] A solidão cósmica que não conhece conexão com os outros e a suspeita de que o mundo é apenas um produto aéreo esperando para desaparecer com a loucura, revolução ou apocalipse que vem, estão definindo os humores modernos (PETERS, 1999, p. 179).

Entre as reverberações para a ideia de solipsismo, Peters cita indiretamente a obra do pragmatista William James. Peters compreende que, para este autor, que também é uma referência do surgimento da psicologia experimental nos Estados Unidos, “a impossibilidade de comunicação imediata entre mentes pode ser um fato psicológico fundamental (ou pelo menos o fato fundamental do campo da psicologia)” (PETERS, 1999, p. 5).

Retornando ao século XVII, outro pensador importante em relação à comunicação e sua relação com o *self* é John Locke (1632-1704). Vinculado ao empirismo britânico, ele é apontado por Nöth (1995) como “a principal figura da história da semiótica de sua época” (NÖTH, 1995, p.44). Conforme Peters (1999), Locke criou o primeiro uso filosoficamente sustentável do termo “comunicação”. No entanto, ambos autores acusam a concepção de comunicação de Locke estar centrada na individualidade, como se o sentido das palavras fosse dado em uma relação direta com a percepção individual, independente dos processos de comunicação de fato. Segundo Peters, Locke defendeu que as palavras devem servir ao fim da comunicação, no entanto, tratou os significados das palavras como um tipo de propriedade privada do *self*. Locke, segundo Peters, percebe o indivíduo como o mestre dos significados, o que tornaria a busca de comunicação entre os sujeitos algo altamente problemático. Desta forma, a comunicação seria necessária, mas também impossível. “Como Descartes, Locke é um agente principal na subjetificação do mundo” (PETERS, 1999, p.82). Não havia ainda no pensamento de Locke, assim como no de Descartes, uma concepção do próprio sujeito como resultado de um processo de comunicação, que pode ser observado no pensamento semiótico de Peirce e nos estudos sociológicos.

A obra de Peirce é citada por Peters (1999) mais significativamente ao final do livro, justamente pela importância da contribuição de sua concepção pragmatista para a ideia de comunicação. Peters ressalta, que, para Peirce, todos os nossos contatos com os outros são através de signos:

Este era um princípio central de Peirce, que liderou a revolta pragmática contra as hierarquias cartesianas. Seu ensaio ‘Algumas Consequências de Quatro Incapacidades’ (1868) ataca diretamente a introspecção e Descartes, oferece uma compreensão comportamental da comunicação, está aberto ao animal ou ao desumano como um parceiro em potencial, e abandona qualquer reivindicação de especial privilégio para a mente humana... [...] Sem medo da acusação de animismo, Peirce trata os seres humanos e as palavras como contínuas” (PETERS, 1999, p. 257).

Evocando as concepções sinequistas da metafísica de Peirce, o autor encaminha para a compreensão ética inerente ao pensamento semiótico, especialmente de um ponto de vista retórico, como está sendo desenvolvido neste artigo. No lugar de questionar se “podemos nos comunicar uns com os outros”, Peters (1999) pergunta se “podemos amar uns aos outros ou tratar um ao outro com justiça e misericórdia”. “Na melhor das instruções, ‘comunicação’ é o nome para aquelas práticas que compensam o fato de que nunca podemos ser um ao outro” (PETERS, 1999, p. 268).

5 A IDENTIFICAÇÃO NA ANTROPOLOGIA E NA SOCIOLOGIA

Para além de uma abordagem semiótica, atualmente a noção de “identificação” evoca sobretudo os estudos antropológicos e como a noção de “cultura” ganhou relevo em várias ciências. Também podem ser feitos e considerados outros estudos nos âmbitos da estética⁴, da literatura, e das teorias do cinema, embora neste artigo proponha-se especialmente uma aproximação à sociologia. Esta escolha também está relacionada com os procedimentos retóricos observados nas reportagens de Luiz Carlos Merten, que consistem principalmente em processos de identificação propostos em relação à realidade social compartilhada pelo jornalista e seus possíveis leitores, em uma perspectiva sociológica construcionista.

Uma primeira consideração à abordagem mais recente na Sociologia pode levar em conta a definição de “identidade” do glossário do livro “Sociologia”, do autor Anthony Giddens (2012):

⁴ Ao descrever as mudanças do século XX na Estética, o autor Marc Jimenez (1999) aponta o que intitula de “guinada cultural”.

As características do caráter de uma pessoa ou do caráter de um grupo que se relacionam com quem são e o que é significativo para eles. Algumas das principais fontes de identidade são o gênero, a orientação sexual, a nacionalidade ou etnicidade e a classe social. Um marcador importante de identidade de um indivíduo é seu nome, e a atribuição de nomes também é importante para a identidade grupal (GIDDENS, 2012, p. 796).

Merece uma atenção especial, no entanto, o livro “A identidade cultural na pós-modernidade”, do antropólogo e sociólogo Stuart Hall (2002), que evidencia a questão da identidade, apresentando aspectos que Peirce revelou em suas reflexões de ordem semiótica, em um viés diferenciado, característico da sociologia. Hall aponta a constituição de novas identidades relacionadas aos fenômenos da pós-modernidade e à globalização, também questionando a concepção de sujeito individualista característica da modernidade, da mesma maneira como desenvolve John Durham Peters (1999) em relação ao legado de pensadores como Locke e Descartes.

Hall (2002) observa que a “perda de um ‘sentido de si’ estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito” (HALL, 2002, p. 9). Ele destaca três concepções de identidade, o “sujeito do Iluminismo”, o “sujeito sociológico”, e o “sujeito pós-moderno”. A concepção individualista, característica da modernidade, como vimos através de Peters (1999), é correspondente em Hall sobretudo à concepção iluminista de “um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo ‘centro’ consistia num núcleo interior” (HALL, 2002, p. 10). Já o “sujeito sociológico” “ainda tem um núcleo ou essência interior que é o ‘eu real’, mas [...] formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais ‘exteriores’ e as identidades que esses mundos oferecem” (HALL, 2002, p. 11). O “sujeito pós-moderno” seria o sujeito em comunicação, em semiose e reformulação retórica constante, como é possível compreender através da semiótica de Peirce, pois é composto “não de uma única, mas de várias identidades. algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas”, e não “tem uma identidade fixa, essencial ou permanente”. “O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático” (HALL, 2002, p. 12).

Hall (2002) explica que, na segunda metade do século XX, a “modernidade tardia”, foi caracterizada por um “descentramento do sujeito cartesiano” (HALL, 2002, p.34). Segundo o autor, cinco fatores levaram a esse descentramento em relação ao paradigma da individualidade expresso no pensamento de René Descartes. Esse processo foi primeiramente marcado pela redescoberta do pensamento marxista na década de 1960, que leva a perceber o ser humano não somente como sujeito da história, mas ainda como sujeito às condições históricas. Dessa forma, questiona-se qualquer forma de agenciamento exclusivamente individual.

A teoria do inconsciente de Freud foi o segundo fator para o descentramento do sujeito cartesiano, demonstrando que “nossa sexualidade e a estrutura de nossos desejos são formadas com base em processos psíquicos e simbólicos do inconsciente”. Essa concepção “arrasa com o conceito do sujeito cognoscente e racional provido de uma identidade fixa e unificada” (HALL, 2002, p. 36). A “fase do espelho” teorizada por Jacques Lacan pressupõe que a formação do “eu” na fase infantil se dá no olhar do “Outro”. Inicia “a relação da criança com os sistemas simbólicos fora dela mesma”, sendo “o momento da sua entrada nos vários sistemas de representação simbólica – incluindo a língua, a cultura e a diferença sexual” (HALL, 2002, p. 37-38). Apesar de ser uma fase de sentimentos contraditórios, “entre amor e ódio pelo pai, o conflito entre o desejo de agradar e o impulso de rejeitar a mãe”, o sujeito “vivencia sua própria identidade como se ela estivesse reunida e ‘resolvida’, ou unificada, como resultado da fantasia de si mesmo” (HALL, 2002, p. 38). A identidade seria formada, assim, de processos inconscientes ao longo do tempo, e não algo inato. Segundo Hall (2002), isso também demonstra que ocorre de forma mais preponderante um processo contínuo de identificação, do que necessariamente uma “identidade acabada”. Dessa maneira, se os processos de “identificação” constituem o principal atributo da retórica, a retórica também pode ser vista como uma força social que atua desde a intimidade do núcleo familiar, embora os fatores inconscientes também possam ser uma contradição da retórica e uma reafirmação do sujeito como um ser em comunicação.

O terceiro fator para o descentramento do sujeito cartesiano são as reflexões promovidas pelas teorias das linguagens, que Hall (2002) identifica a partir da semiologia e da linguística estrutural de Ferdinand de Saussure, que concebe a língua como “um sistema social e não um sistema individual”. Como consequência, todas as falas individuais ativam a “imensa gama de significados que já estão embutidos em nossa língua e em nossos sistemas culturais” (HALL, 2002, p. 40). Tendo como referência a obra do filósofo da linguagem Jacques Derrida, Hall afirma:

Tudo o que dizemos tem um ‘antes’ e um ‘depois’ – uma ‘margem’ na qual outras pessoas podem escrever. O significado é inerentemente instável: ele procura o fechamento (a identidade), mas ele é constantemente perturbado (pela diferença). Ele está constantemente escapulindo de nós. Existem sempre significados suplementares sobre os quais não temos qualquer controle, que surgirão e subverterão nossas tentativas para criar mundos fixos e estáveis (HALL, 2002, p. 41).

Ao compreender a genealogia do sujeito moderno, Michel Foucault definiu o “poder disciplinar” que se constitui nas formas de controle sobre o indivíduo por parte das instituições sociais. Sua análise filosófica consiste, segundo Hall (2002), no quarto descentramento do sujeito cartesiano. O objetivo do “poder disciplinar” consiste no controle das vidas, ações, trabalho e até mesmo da vida íntima dos indivíduos, seus sentimentos de prazer e desprazer, felicidade e infelicidade. Até mesmo “suas práticas sexuais e sua vida familiar” estão sob o monitoramento do poder dos regimes administrativos. Quanto “mais coletiva e organizada a natureza das instituições da modernidade tardia, maior o isolamento, a vigilância e a individuação do sujeito individual” (HALL, 2002, p.43). Submetido a um sistema de controle, há somente uma ilusão de individualidade, estabelecendo-se assim um sistema de comunicação perverso ou autoritário.

O feminismo, como “crítica teórica” e “como um movimento social”, constitui o quinto descentramento, segundo Hall (2002). Associado aos movimentos de reivindicação que marcaram o ano de 1968, o feminismo representa a luta contra as diversas formas de autoritarismo e a afirmação das diferenças. “Cada movimento apelava para a *identidade* social de seus sustentadores. Assim, o feminismo apelava às mulheres, a política sexual aos gays e lésbicas, as lutas raciais aos negros, o movimento

antibelicista aos pacifistas, e assim por diante”. O feminismo também leva a uma outra definição da individualidade, pois seu lema era “o pessoal é político”. Produziu a abertura para as reivindicações políticas a setores antes considerados somente parte da vida privada, como “a família, a sexualidade, o trabalho doméstico, a divisão doméstica do trabalho, o cuidado com as crianças, etc” (HALL, 2002, p. 45).

Hall também aborda as culturas nacionais como “uma das principais fontes de identidade cultural”, mas tensionadas pelo fenômeno da globalização. O autor identifica cinco exemplos principais que constituem a noção de “cultura nacional”. O primeiro é a narrativa da nação, constituída pela História e literaturas. Outro é a ênfase na continuidade que representa a tradição, apresentada nos discursos também como algo intemporal. Como terceiro elemento, está a “tradição inventada”, definida por Hobsbawm e Ranger, que se constitui por práticas rituais ou simbólicas, “que buscam inculcar certos valores e normas de comportamentos através da repetição, a qual, automaticamente, implica continuidade com um passado histórico adequado” (HOBBSAWM e RANGER *in* HALL, 2002, p. 45). Também há o “mito fundacional”, o qual explica a origem da nação, mas num passado inalcançável. E, por fim, Hall cita a ideia de “um povo original”, embora não seja esse “povo” que persista no poder ou exercite o poder.

Stuart Hall considera que boa parte das nações se constituiu através de processos violentos que unificaram culturas antes separadas. Também leva em conta que a Europa Ocidental não tem nenhuma nação formada por um único povo, sendo todas as nações híbridos culturais. Desta forma, a globalização surge como um novo ingrediente que tensiona a identificação cultural. O autor afirma que “parece improvável que a globalização vá simplesmente destruir as identidades nacionais. É mais provável que ela vá produzir, simultaneamente, *novas* identificações ‘globais’ e *novas* identificações ‘locais’.” (HALL, 2002, p. 78).

Hall (2002) aponta como questões para pensar as identidades e os processos de identificação do sujeito pós-moderno os descentramentos em relação à concepção cartesiana, as concepções nacionalistas como uma referência tradicional corrente para o problema da identidade e o tensionamento hoje pelo processo de globalização. Em Giddens (1991, 2012), soma-se a compreensão da reflexão que as sociedades fazem

sobre si mesmas como o passo primordial dado pela modernidade, no sentido de pensar as identidades.

Na sua obra “Consequências da Modernidade”, Anthony Giddens elucida que a “reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas” (GIDDENS, 1991, p. 45).

No livro “Sociologia”, Giddens (2012) define a “reflexividade social” da seguinte forma:

Refere-se “ao fato de que temos constantemente que pensar, ou refletir, sobre as circunstâncias em que vivemos nossas vidas. Quando as sociedades eram mais voltadas para costumes e tradições, as pessoas podiam seguir maneiras estabelecidas de fazer as coisas, de um modo mais irrefletido. Para nós, muitos aspectos da vida, que, para as gerações anteriores, eram simplesmente dados, tornam-se questões de decisão” (GIDDENS, 2012, p. 83).

Esta “reflexividade social” tende a se aprofundar na pós-modernidade e diante dos processos de globalização. Ao considerar a contribuição de Manuel Castells para a Sociologia, Giddens (2012) aponta que as tecnologias de comunicação contribuíram para novas formas de produção de identidade. Deixa-se de recorrer ao passado e aos papéis tradicionais como referência identitária, para criar identidades na interação com os outros via dispositivos tecnológicos. Dessa forma, a dimensão semiótica da “identificação” passa a ganhar um caráter sobretudo de “semiose identitária”, que se dá através das ações dos signos.

É importante considerar que Charles Sanders Peirce (1839-1914) viveu em um contexto histórico muito próximo daquele dos autores citados como os principais fundadores da Sociologia: Augusto Comte (1798-1857), Emile Durkheim (1858-1917), Karl Marx (1818-1883) e Max Weber (1864-1920). Também é significativo como as compreensões da retórica como um processo de identificação e as concepções de *self* presentes nos textos peirceanos, abordados por Colapietro (2007, 2014) coadunam com a própria definição de sociologia, na maneira como concebe as relações entre os indivíduos e a sociedade, apresentada por Giddens:

É trabalho da sociologia investigar as conexões entre o que a sociedade faz de nós e o que fazemos de nós mesmos e da sociedade. Nossas atividades estruturam o mundo social que nos rodeia e, ao mesmo tempo, são estruturadas por esse mundo social (GIDDENS, 2012, p. 21).

A compreensão semiótica peirceana do *self* está em sintonia com os propósitos da sociologia e apresenta uma contribuição teórica para pensar aspectos relativos à questão da identificação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, há a opção por trabalhar com uma concepção semiótica peirceana da retórica, levando em conta os processos de identificação, como aqueles que mais definem a atitude retórica segundo o legado da obra de Peirce. Conforme Peirce, os agenciamentos de signos podem mudar hábitos, os quais, segundo o pragmatismo, consistem nas crenças que definem as predisposições para as ações humanas. Todo o texto, neste sentido, é feito para reafirmar hábitos ou transformá-los. Esses hábitos podem ser vistos como constituintes dos *selves*, que na perspectiva peirceana, são constantes semioses ou ações comunicativas. Na relação entre os *selves* estabelecidas através dos textos, deve se levar em conta a possível autocompreensão dos sujeitos, considerando-se a sua autocrítica e o seu autocontrole. Todo o texto, retoricamente, através de processos de identificação relacionados às semioses propostas, entra em ação em relação ao *self crítico* (o hábito do leitor) e o *self inovador* (que podem propor desafios aos hábitos que constituem o sujeito). A retórica consiste em uma ação intencional entre os *selves* de forma a modificarem-se uns aos outros, propondo assim novos hábitos e predisposições para agir entre si.

Na semiótica peirceana, podem ser estudadas várias semioses que constituem os processos de autocompreensão do *self* e de identificações constituintes dos processos retóricos. Algumas vezes, as semioses são dadas de forma mais lógica ou racional (terceiridade), outras vezes em ações concretas (secundidade), outras vezes em aspectos emocionais (primeiridade).

Especialmente a concepção peirceana de *self*, conforme descrita por Colapietro (2014), acompanha as abordagens da sociologia em relação às concepções de identidade. Podemos observar como Peirce, na sua compreensão semiótica do sujeito, antecipou-se aos descentramentos do sujeito cartesiano, conforme descrito por Stuart Hall (2002), e também à “reflexividade social” como constituinte do sujeito moderno e marca essencial da sociologia, definida por Anthony Giddens (2012).

Ainda é importante enfatizar que Peirce não pensa o *self* somente em relação ao contexto humano. Sem uma perspectiva exclusivamente antropocêntrica, Peirce concebe, através da sua concepção metafísica do sinequismo, uma continuidade entre as semioses produzidas por todos os seres, entre os quais, os *selves* humanos.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BURKE, Kenneth. **A Rhetoric of Motives**. Los Angeles: University of California Press, 1969.
- COLAPIETRO, Vincent. M. C. S. **Peirce’s Rhetorical Turn**. Transactions of the Charles S. Peirce Society, Bloomington (Indiana), v. 43, n.1, p. 16-52, 2007.
- COLAPIETRO, Vincent. M. **Peirce e a Abordagem do Self: Uma perspectiva semiótica sobre a subjetividade humana**. São Paulo: Intermeios, 2014.
- DELADALLE, Gérard. **Leer a Peirce Hoy**. Barcelona: Gedisa, 1996.
- DESBOIS, Laurent. **A Odisseia do Cinema Brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.
- GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Porto Alegre: Penso, 2012.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- JIMENEZ, Marc. **O que é estética?** São Leopoldo: Unisinos, 1999.

MARICONDA, Pablo Rubén. Vida e Obra. In: JAMES, William. **Pragmatismo e outros textos**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

NÖTH, Winfried. **Panorama da Semiótica**: De Platão a Peirce. São Paulo: Annablume, 1995.

PEIRCE, Charles Sanders Peirce. **Semiótica e Filosofia**. São Paulo: Cultrix, 1993.

PEIRCE, Charles Sanders Peirce. Como Tornar Claras as Nossas Ideias. In: **Semiótica e Filosofia**. São Paulo: Cultrix, 1993, p.49-70.

PETERS, John Durham. **Speaking into the Air**: A History of The Idea of Communication. Chicago: The University of Chicago, 1999.

SOBRE O AUTOR

Gilmar Adolfo Hermes

Professor do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Pelotas. Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

E-mail: ghermes@yahoo.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8599512241342306>

COMO CITAR ESTE ARTIGO

HERMES, Gilmar Adolfo. A retórica definida como um processo de identificação em uma abordagem semiótica. **Passagens**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, v. 12, n. 1, p. 207-228, jan./jun. 2021.

RECEBIDO EM: 20/03/2021

ACEITO EM: 29/05/2021
